



XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

Mulheres do Caderno B: gerações de jornalistas na empresa da condessa Pereira Carneiro (1960-85)¹

Patrícia Ferreira de Souza Lima²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, como doutoranda

Resumo

A condessa Pereira Carneiro herda em 1954 o *Jornal do Brasil*, e marca na história da empresa importante reforma editorial, gráfica e textual, quando aparece criações publicadas até hoje, como o Caderno B. O B divulga assuntos de cultura tratados com muita invenção, mas sua peculiaridade foi ser escrito por jornalistas. Ali, mulheres escrevem para mulheres. As gerações 60-80 vivem a crescente urbanização e número elevado de brasileiras trabalha fora de casa. Com a regulamentação do Jornalismo, elas passam a disputar lugar com o gênero oposto, e a feminilidade abre espaço na divulgação de cultura do JB; como diziam, eram as “meninas do B”, que participam do movimento por direitos de cidadania e igualdade nos anos 80. Mas a tradição do JB nomeia homens para postos de destaque, nenhuma delas ocupa a editoria nesse período.

Palavras-chave

história do jornalismo; identidade jornalística; geração; gênero; *Jornal do Brasil* (Caderno B)

Corpo do trabalho

Ao pesquisar os exemplares do *Caderno B* do *Jornal do Brasil*, de 1960 a 1985, salta aos olhos sua relação com o universo feminino. De todo o jornal, nele é que se concentram seções direcionadas, de forma explícita ou não, ao gosto e interesse da mulher carioca: moda, culinária, comportamento familiar. Ao mesmo tempo, essas matérias vêm assinadas por um quadro expressivo de redatoras, responsáveis por se dirigir ao público-leitor em acordo com suas próprias experiências de vida. Produção e recepção delineiam o espaço do gênero feminino nessa mídia cultural impressa, o que

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ com a tese “*Caderno B* do *Jornal do Brasil*: trajetória do segundo caderno da imprensa brasileira (1960 - 1985)”, e mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Concluiu pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Comunicação Jornalística, pela Universidade Cândido Mendes, em 2001. Como pesquisadora, trabalhou na edição da coleção fac-similar do *Correio Brasileiro*, de Hipólito da Costa, lançada em 2003. E-mail: patslima@uol.com.br



nos propicia deliciosa descoberta de tempos fragmentados e descontínuos da contemplação das leitoras na mídia, urdidos na trama histórica das conquistas profissionais delas na grande imprensa. Por essa especial relação entre o segundo caderno do *Jornal do Brasil* e a mulher, seja a leitora ou a escritora, proponho analisar breve perfil dessas através das seções publicadas no *B* e entrevistas realizadas com alguns membros do corpo de jornalistas.

O *Caderno B* foi lançado em 15 de setembro de 1960. Nesse momento, estava no auge a segunda fase da reforma do *Jornal do Brasil*, iniciada no final da década de 1950, que já havia mudado a capa do jornal, inserido fotografias, e dado espaço às notícias. A mexida no tomo segundo do jornal impresso foi com o inicial intuito de incrementar o já existente *Suplemento Feminino*. Então, cabe entender o que antes publicava-se no jornal para esse público-leitor.

As mulheres já usavam a mídia para negociar direitos e deveres no âmbito público através de publicações redigidas por elas próprias. Entretanto, deu-se com vagar sua presença trabalhando na grande imprensa, dominada pelos homens, e que se consolidava no Brasil durante a primeira metade do século XX, quando o *Jornal do Brasil* era conhecido simplesmente por ser o “jornal das cozinheiras”. Em 1954, com o falecimento do conde Pereira Carneiro, essa empresa jornalística é transferida para as mãos de sua esposa, Maurina Dunshee de Abranches, e uma nova fase de sua trajetória começa a tomar forma.

A década de 1950 ficou marcada pela reforma editorial, gráfica e textual da imprensa brasileira. No *Jornal do Brasil*, o noticiário nacional volta a ganhar espaço, mesmo que só no final desse período é que terá sua primeira página livre dos anúncios das cozinheiras e empregados domésticos. Junto às notícias do país, escritas em caráter pretensamente neutro em relação a políticas partidárias, agora havia colunas sociais e cobertura dos esportes. E apesar de Maurina não ser exceção já que outras duas mulheres herdavam de seus respectivos cônjuges importantes folhas cariocas - Ondina Ribeiro Dantas o *Diário de Notícias*, em 1953, e Niomar Bittencourt o *Correio da Manhã*, em 1963 – o engajamento da empresária foi fundamental para todo o processo seguinte. A bem da verdade, individualmente, as três trilham até esse instante caminhos diferentes. A condessa Maurina teve educação voltada para a família, assim como Ondina, e não tinha experiência em jornalismo, ao contrário de Niomar, mas sempre soube bem representar as empresas do marido. Além do mais, seu genro,

Manuel Francisco do Nascimento Brito, esteve ao seu lado na administração do *Jornal do Brasil*.

No decorrer da reforma, foi ela a grande incentivadora para que se ampliasse o leque dos leitores do jornal também às mulheres. Antes do *Caderno B*, incentivou Heloísa Abranches, sua sobrinha - que será a futura esposa do cientista Albert Sabin -, a escrever semanalmente a “página da Helô”, onde há dicas de moda, entrevistas com mulheres, e curiosidades do interesse feminino. Essa página teve tanto êxito que gerou dois suplementos semanais: a seção interna em que se publicava e discutia literatura, escrita por Reinaldo Jardim, origina o conhecido *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil*; e as demais seções geram o *Suplemento Feminino*, que logo começa a sair todos os dias da semana. A mídia impressa se aproveitava do filão das revistas dirigidas à família, como *O Cruzeiro*, em formato pequeno e com ilustrações atraentes, para conquistar o setor feminino. Nas suas oito páginas diárias, o *Suplemento Feminino* do *Jornal do Brasil*, além dos romances estilo folhetim, publicava sugestões de exercícios físicos para fazer em casa, receitas culinárias, dicas de beleza, mas também discutia sobre relacionamento familiar nas colunas da Generice Vieira. Por causa não só da demanda das mulheres em ampliar o leque de assuntos de suas seções, mas também por elas representarem um novo nicho de leitores com poder aquisitivo em busca de informação, foi com interesse que a imprensa continuou a apostar nesse rentável retorno, e foi assim que o *SF* originou o *Caderno B*.

O *Caderno B*, em sua fase inicial, concentrou todas as seções destinadas à família, principalmente às leitoras. Sua criação atendia a duas frentes, dentro do contexto de reforma do *Jornal do Brasil*: manter colunas já existentes no *Suplemento Feminino*, mais atrativos como as promoções da Rádio JB e o sorteio de cartas para moldes exclusivos de Gil Brandão, e incorporar matérias sobre política e economia com enfoque diferente do primeiro caderno. O *B* era o espaço do entretenimento, e diz muito de sua época.

Os primeiros anos de publicação comprovam o quanto a organização do *Caderno B* está intimamente relacionada não só a essas inovações presentes na trajetória do jornal, mas também às mudanças do contexto brasileiro, principalmente as culturais vividas na cidade do Rio de Janeiro: matérias exaltam os tempos de entusiasmo pelo prometido avanço econômico do país, quando torna-se possível a destinação de uma seção diária na imprensa brasileira ao lazer e críticas a produções artísticas. O segundo caderno do *Jornal do Brasil* é um precioso espaço cujo papel de vanguarda, pelo



conteúdo e pela forma, o nosso olhar de hoje confirma, passadas quatro décadas de sua criação. Mas qual foi a relação estabelecida entre o *Caderno B do Jornal do Brasil* e suas leitoras ao longo do tempo?

Durante os primeiros 25 anos do *Caderno* identifiquei três distintas fases que por consequência delimitam gerações de jornalistas. Assim, no início do *B* (1960-64) a experimentação gráfica era seu tom principal, ele incorpora críticas do extinto *Suplemento Dominical do Jornal do Brasil* e os esportes, e seu editor Nonato Masson legou ao caderno várias colunas de curiosidades históricas. Nesse momento, contava-se nos dedos da mão as mulheres contratadas na redação do *Jornal do Brasil*, mas no *B* continuam como colaboradoras Generice Vieira e Bárbara Heliadora, e entram como repórteres Marina Colasanti, Jehovanira Chrisóstomo, Léa Maria, Gilda Chataignier.

A maioria era contratada sem experiência, nem faculdade específica. Lá, Marina começa a escrever seus primeiros textos, além de ajudar Masson a ilustrar ricamente as páginas, com habilidade aprimorada no curso de Desenho e Artes Gráficas da Escola Nacional de Belas Artes. Léa Maria, inicialmente, havia optado pela formação em Química Industrial, mas acabou estudando Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica, e logo estagiava no *Globo*. Na faculdade, as mulheres eram maioria nas salas de aula, mas nessa primeira geração de jornalistas do *B* a formação acadêmica em Jornalismo era requisito menor frente a habilidade e conhecimento pedidos: todos faziam um pouco de tudo, da apuração à diagramação, e no *Caderno B* ainda deveriam entender um tanto de arte, música, teatro, televisão, conhecer uma língua além da materna, e escrever muito bem.

Editado já por Paulo Afonso Grisolli ou Nilson Viana, o corpo de redatores tinha entretanto em comum o fato de fazerem parte da juventude zona sul carioca, composta por estratos médio-altos da sociedade. Marina e Léa fazem parte de uma geração que estudou em colégios tradicionais, dominavam outra língua, e procuraram trabalho mais pela independência de ter seu próprio sustento do que pela necessidade. Expressão de movimentos da sociedade, frutos do rebuliço de ideais político-sociais presentes no início da década de 1960, que resultaram em manifestações feministas não só localizadas no Brasil e dessa vez desenvolvidas com uma forte presença e organização que pareciam lhe garantir continuidade. Segundo Guacira Louro,

nos núcleos de estudo que então se instalavam, nos periódicos que eram postos em circulação, nas diferentes formas de produção cultural que então se



procurava desenvolver, era notável o esforço para dar visibilidade à mulher como agente social e histórico, como sujeito (LOURO, 1996).

Essa era uma segunda onda de manifestações. Até esse momento, o feminismo contemporâneo estava apoiado principalmente nas idéias da francesa Simone de Beauvoir, expressas em seu livro *O segundo sexo*, publicado pela primeira vez em 1949. No entanto, a obra da escritora foi sendo divulgada e discutida ao longo dos anos 1950 e resultou em novas leituras como a presente no livro *A mística feminina* de Betty Fridman, lançado em 1963 nos Estados Unidos (SCHUMAKER e BRAZIL, 2000, p. 229). Mas esse é apenas um exemplo, pois no cenário internacional, a partir de Beauvoir, questionava-se o papel da mulher sedutora e submissa, e novamente percebemos na teoria e na prática o questionamento do que é ser mulher.

O lema “diferentes, mas não desiguais” difundiu-se nos mais diversos países em prol da construção de uma sociedade igualitária. Devido à mobilização geral, na cidade do México, com a presença de delegações de diversos países como o Brasil, a Organização das Nações Unidas promoveu um encontro nacional para discutir o papel da mulher na sociedade e instituiu o ano de 1975 como sendo o Ano Internacional da Mulher, e também declarou os anos de 1975 a 1985 como sendo a Década da Mulher em todo o mundo. A despeito do surgimento dessa nova onda feminista, deve-se levar em conta o comentário de Guacira Louro de que o aparecimento do conceito de gênero nos trabalhos acadêmicos provoca algumas turbulências nesse cenário, pois “por um lado sugeria, de modo mais imediato, uma ancoragem teórica, por outro parecia implicar uma abrangência que poderia representar um novo ocultamento do sujeito feminino” (LOURO, 1996). Ainda veremos isso.

A mulher brasileira sentia o vento das mudanças. No entanto, como todo processo social, as conquistas nesse sentido foram graduais: a maioria das leitoras ainda costura em casa para a família guiadas pelos moldes, publicados aos domingos no *Jornal do Brasil*, mas para pequena parcela, como Marina, trabalhar era “ganhar a vida, ser independente”. Argumenta-se que os valores atribuídos ao comportamento das moças de família nos anos de 1950 eram uma transição para uma mulher que começaria a pleitear seu espaço dentro da sociedade. Isso é sentido quando se pensa que até então a população brasileira era majoritariamente rural, e com a crescente urbanização não só o acesso aos meios de comunicação é facilitado, mas também os jovens passam a se descolar socialmente dos pais, tendo atividades e ambientes próprios de convívio com pessoas de suas idades. De fato, um número elevado de mulheres já trabalha fora de



casa, engaja-se em sindicatos e, mais a frente no tempo, participa ativamente de práticas coletivas reivindicativas. O próximo passo era constituir maioria no índice de nível superior de educação, sentida na segunda fase do *Caderno* (1964-73).

Enquanto isso, desenrolava-se o processo de profissionalização do jornalismo que transcorreu na mesma década de 1960-70. Depois de uma década dourada, o *Jornal do Brasil* consolida posição de destaque no mercado brasileiro, fruto da reforma gráfica e textual e da geração de jornalistas que preenche os quadros da redação renovada. Agora, na vigência da ditadura militar, continua certo jogo de cintura, não mais no âmbito da imprensa, mas com relação aos desdobramentos da conjuntura sócio-econômica brasileira, como a imposição de controle e censura sobre os meios de comunicação. Nas ruas, na direção diversa à criatividade de novas correntes artísticas e à inovação estética da fase anterior, o discurso progressista e revolucionário é tomado pela voz da ordem e moralidade, da pátria, da família, um recuo na fertilidade dos debates culturais brasileiros, mas uma abertura para outras manifestações culturais.

Até que Emílio Garrastazu Médici assuma a presidência do país, o editor-chefe do *JB*, Alberto Dines, segue com a profissionalização da equipe através de cursos e publicações internas, e com a modalização do jornal tal qual a imprensa norte-americana e seus departamentos de Pesquisa e Educacional. Seguindo ainda na esteira da reforma, coube a essa gestão as conquistas de delimitar editorias, instituir reuniões de pauta e regulamentar salários de acordo com os novos cargos. O *B* passa para as mãos de Paulo Afonso Grisolli, jornalista desde sempre, mas com o pé no teatro, que trouxe novidades para o segundo caderno, reforçando os ideais de Dines de abrir espaço na mídia para reflexão e debates culturais.

Com a exigência do diploma e registro profissional abre-se a possibilidade das mulheres disputar ocupações outrora dominadas pelo gênero oposto. O *B* amplia seu quadro de jornalistas, responsável por atualizar as leitoras do *Jornal do Brasil* nas tendências da moda e comportamento, e nas discussões sobre as manifestações artísticas em geral. Fruto do irrestrito acesso às universidades, algumas mulheres optam por profissões em que podem exercer o gosto pela escrita, e que não precisariam ficar presas no ambiente de um escritório. Aquelas que escolheram o *B*, ganharam a rua, Paris e toda a Europa, o mundo.

Escrevia-se muito sobre sua própria cidade, embora não toda ela, mas apurava-se com faro de jornalista a cata de seus novos gostos, modas e invenções lingüísticas. Nessa primeira década de existência é que o *B* delineia sua afinidade com a identidade



carioca, e deixa claro que sua concepção de cultura seguia as idéias da juventude classe média-alta da zona sul da cidade, especialmente entre Copacabana e Ipanema, pela localização dos eventos anunciados e pelo fato de que seus jornalistas e redatores pertencem a essa determinada faixa da sociedade. Nas crônicas de Carlinhos de Oliveira, na coluna *Carioca quase sempre* de Carlos Leonam e Yllen Kerr ou na página de notas sociais de Léa Maria e Marina Colasanti, é que repercute, por excelência, o significado dessa estreita relação estabelecida entre o *Caderno B* e o Rio de Janeiro. Sobretudo nesses tempos, essa associação lhe será mais gratificante, pois a expressão “de cultura” pode ter sido usada como válvula de escape para tempos difíceis de censura aos meios de comunicação.

O *Jornal do Brasil* atravessou a fase de governo autoritário (1964-85) com alguma reserva, e poucas críticas. Conservou uma posição menos comprometida com a política e uma linha editorial de apoio ao regime militar, mas preservou frestas de oposição nas colunas de Tristão de Ataíde e Carlos Castelo Branco, onde saíram algumas idéias liberais (FERREIRA e MONTALVÃO, s/d.). Houve muita criatividade para tratar no *B* de assuntos que eram visados pelos censores, por elenco de prestígio que engloba à privilegiada geração, cronistas, colunistas sociais e críticos setoriais de renome na sociedade. O *JB* prospera e, sem dúvida, essa é a “época de ouro” do *Caderno B*, que levou a que, nesses momentos políticos difíceis, tantos jovens estudantes de jornalismo ambicionassem uma vaga de estagiário nos quadros da empresa.

As mulheres, apesar da imprensa abrir-lhe espaço de trabalho em praticamente todas as editorias, tenderam a se concentrar nos suplementos femininos ou nos segundos cadernos. Havia homens com cargos nessas seções, mas principalmente nas páginas de moda do *Caderno B* a presença feminina imperou. Ressalto que, baseado no depoimento dos jornalistas, a opção pelo segundo caderno não era pelas páginas femininas, mas sim pelo espaço privilegiado da mídia em que tinham contato com a comunidade artística carioca, e emprestavam sua sensibilidade a textos críticos elaborados sobre os mais diversos assuntos.

Além do mais, o incômodo de trabalhar em um ambiente essencialmente masculino foi sendo superado paulatinamente. Talvez para as jovens jornalistas, entrevistar e escrever sobre cultura lhes facilitava o contato com pessoas acostumadas com a contemporânea expressão feminina. Ao contrário, em outras seções do jornal, como as de esportes, economia, política, a disputa pelo espaço e reconhecimento dentro

da grande imprensa parece ter sido mais acirrada já que o tabu não era somente trabalho, englobava o direito à liberdade de ação social. Então, a expressão dos gêneros tendia ao equilíbrio nos quadros da empresa, mas também as páginas impressas eram negociadas: não só moda era a seção exclusiva de leitura feminina, como não só a homens interessava a orientação econômico-política do país.

De fato, as seções estritamente dirigidas ao gosto feminino se limitavam à parte da página da coluna *Passarela*, assinada por Gilda Chataignier, nessa segunda metade da década de 1960. Nas páginas de Gilda ainda encontramos o tempo de Heloisa Sabin ou Maria Martha, primeira colunista de comportamento do *B*, já que, além das atuais tendências da moda, fala-se do cotidiano e da importância social da mulher contemporânea e de sua relação com a família. De diferente, na *Passarela*, há uma saudável mistura disso com a liberdade de movimentos das roupas estilizadas pelas modistas brasileiras, de expressões também. O discurso dos grupos feministas, que mencionei, não fica explícito nas edições diárias do *Caderno B*. Entretanto, a diagramação das páginas e escolha das matérias exaltam o diálogo com a sociedade em constante mudança: se ali percebemos uma voz feminina, o que ela diz não é mais o mesmo.

O *Jornal do Brasil* muda. No final desse segundo período, em 1972, acontece grande mobilização física do jornal com a transferência da sede da empresa para o prédio da avenida Brasil, número 500. Nem um ano após a mudança para o novo prédio, Walter Fontoura, como editor-chefe, imprime outra direção à trajetória da empresa. As dificuldades financeiras começam a ser sentidas, principalmente depois da perda da concessão de um canal de TV por parte do governo. O profissionalismo, defendido pela equipe com o registro reconhecido, que transpassa as notícias objetivas e em prol do serviço à sociedade, exaltado também pela nova sede, distante geograficamente do burburinho dos acontecimentos políticos, é cada vez mais a marca da imprensa brasileira.

Humberto Vasconcelos, que até então editava a seção Internacional, assume a equipe do *B*. Pela primeira vez, o segundo caderno terá à sua frente um jornalista sem vínculos com a comunidade artística carioca. Nessa terceira fase do *Caderno* (1974-85), principalmente a publicidade ocupa grande espaço nas edições diárias e sustenta as empresas jornalísticas, única segurança para se manter um caderno de cultura. Há uma notada exacerbação no conteúdo da influência que sofre por parte da crescente indústria cultural brasileira. Esta é aqui identificada pelos conjuntos de complexos empresariais

que se formaram, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital, que produzem e distribuem em grande escala, empregando métodos variavelmente marcados por um alto grau de divisão do trabalho, baseados em fórmulas, e tendo em vista a rentabilidade econômica, objetos culturais.

Autores como Gisela Taschner e Renato Ortiz utilizam a categoria de indústria cultural para sublinhar o fato de que, a partir de um certo momento, a produção de determinados bens culturais passa a se subordinar à lógica do mercado (TASCHNER, 1982 e ORTIZ, 2001). Nessa linha, o ramo jornalístico seria considerado produtivo, porquanto industrial, mas ao mesmo tempo seria visto como instrumento auxiliar do processo de realização do valor e da mais-valia produzidos por outros capitais, e do processo de obtenção de elementos necessários à criação desse valor e mais-valia. Não só por isso, mas o *Caderno B*, a partir desse momento, engloba diversos suplementos semanais: Cozinha, Automóvel, Casa, além da Revista de Domingo, relançada nesse período (1976). A racionalidade de empresas, como o *Jornal do Brasil*, na busca do lucro e na tentativa de obtenção do maior público possível se impõe à produção da cultura, subordinando a edição do conteúdo do jornal ao parâmetro solicitado pela sociedade consumidora.

No caso da segmentação do *Caderno B* em outros cadernos semanais, ela ocorre para maior diversificação temática com o intuito de ampliar o leque variado de seus leitores e atrair novos anunciantes, já que nessa fase da trajetória o *Jornal do Brasil* se encontra sufocado pelo crescimento dos grandes conglomerados jornalísticos e pela perda de seu lugar privilegiado como líder dos classificados. Com essa estratégia, estabelecia-se no segundo caderno uma seqüência de rendimentos, pois, de acordo com Tupã Corrêa, outros produtos como a moda tiveram seus faturamentos elevados (CORRÊA, 1997, p. 64). E mais, os estilos lançados nos desfiles de moda, por exemplo, se associavam a um determinado ritmo de música - como enfatiza o autor, essa última era uma dupla vencedora - rendiam matérias que contemplavam para além da informação ao leitor, as assessorias de imprensa das gravadoras e outros anunciantes passavam a se interessar pelo espaço.

É nessa última fase abordada (1974-85) que, para dar conta de tantos suplementos, cresce o número de jornalistas mulheres no *Caderno B*. Elas representam uma terceira dobra que se faz na linha do tempo da trajetória do segundo caderno do *Jornal do Brasil*, mais uma que é identificada pelo auto-reconhecimento da própria equipe. A identidade jornalística daqueles que trabalharam no *B* permite com que cada

fase coincida com uma nova geração (cf. SIRINELLI, 1991 e GIRARDET, 1983). Não quero dizer que com novos editores toda a equipe é demitida e assume em seu lugar outra completamente diferente da anterior, no entanto, sabe-se que nessas mudanças é comum que se peça demissão ou se demita, e que se acolha novos membros na equipe. Esse é um ritmo da imprensa que por si só constrói a imagem de sucessão de gerações de um jornal, guiada pelo tempo do editor-chefe de orientar a publicação da empresa segundo sua intenção diretriz. Portanto, o elemento de periodização das fases do *Caderno B*, entre a criação, a editoria Dines e a Fontoura, até seus vinte e cinco anos de publicação, delimita três distintas fases geracionais: a de colaboradores, a de repórteres quando é criada a editoria, e a de jornalistas profissionais - somente no sentido de terem cursado uma universidade ou tido experiência prévia em jornalismo - com registro.

São dessa terceira leva de jornalistas do segundo caderno do *Jornal do Brasil*: Iesa Rodrigues, Emília Silveira, Lena Frias, Beatriz Bonfim, Danusia Barbara, Norma Couri, Miriam Alencar, Celina Luz, Mary Ventura, Maria Lucia Rangel, Mara Caballero, Gilse Campos, Danusia Barbara, Ciléa Gropillo, entre tantas outras. Como disse Ziraldo, “o *B* virou o império das mulheres”(RITO, 1990), e pela expressão “meninas do *B*”, tirada das páginas do *Pasquim*, de crônicas do Ivan Lessa, ou mais para a década de 1970, “jotabetes”, todos passam a identificá-las para exaltar seu charme.

Segundo jornalistas que declaram pertencerem a esse perfil, o nome “meninas do *B*” não se restringia a uma alcunha limitada ao ambiente profissional, e sim eram reconhecidas nos eventos que divulgavam não só por adotarem o hábito de vestir peças do vestuário mais confortáveis para o dia-a-dia de uma redação de jornal, mas também por estar sempre em acordo com as mais recentes tendências da moda, difusoras do bom gosto de prestigiar adequadamente as manifestações artístico-culturais. Isso refletia o fato de que foi a época em que o caderno ditava a agenda de eventos da cidade, dos quais as meninas participavam ativamente, além de exaltar a revolução comportamental dentro da redação de um jornal tradicional, conservador e católico, mas sempre flexível aos tempos e seus contextos. Lena Frias declara que “o *Caderno B* era uma passarela”.

Quanto às páginas de moda, essas agora só apareciam na estação dos grandes desfiles, principalmente da alta costura parisiense, ou em matérias esparsas com dicas de consumo da indústria têxtil brasileira que crescia a galopes; restringiam-se menos às tendências femininas e mais à juventude do se vestir e se portar, embora se continuasse a publicar sobre decoração, cozinha e beleza. Definitivamente, foi uma época em que as pautas do *Caderno* voltam-se principalmente para cobrir as necessidades práticas dos

leitores, todos os produtos que apareciam nas matérias vinham com o endereço comercial e preço no mercado, era o auge da indústria cultural.

Essas mesmas mulheres que pegavam na prancheta para elaborar, no final dos anos 1970, tabelas de preço de vários supermercados, escreviam sobre aborto, filhos de pais separados, relação com ex-cônjuges, casais que não moram sob o mesmo teto. Reivindicando abertamente seu papel na sociedade, a geração da terceira fase do *B* encampou abertas críticas ao regime militar vigente, dando cobertura às formas de contestação, como a campanha pelas diretas já. E embora só fale do plural feminino escrevendo no jornal, Moacyr Andrade tenta amenizar essa profusão de mulheres ao dizer que era apenas uma coincidência, e lista vários nomes masculinos que assinaram os textos do *B*: além dele, João Máximo, Sérgio Ryff, Ruy Castro, Cícero Sandroni, Mário Pontes, Juarez Barroso. O parâmetro de Moacyr é que hoje as mulheres são maioria na redação, mas naquele tempo era só no segundo caderno. A aura de glamour das meninas do *B* quando se fala na trajetória do caderno permanece incontestável.

O *Caderno B* explicita desde o primeiro número, ao absorver o *Suplemento Feminino*, até a comemoração dos vinte e cinco anos, a peculiar relação do Jornal do Brasil com o público leitor feminino. A organização do segundo caderno possibilitou incorporar definitivamente as seções internas voltadas para o interesse das mulheres brasileiras às edições diárias. As sucessivas mudanças no tempo reiteram a relação entre a trajetória das gerações de jornalistas do *B* e o conteúdo de suas publicações. Com o tempo, à medida em que nova equipe é formada, muda-se o tratamento e a frequência das matérias de moda, beleza e culinária, mas as mulheres continuam se interessando por assuntos domésticos, e principalmente do mundo.

Cabe concordar com Alzira Abreu quanto a que a imprensa desempenha um duplo papel, pois ao mesmo tempo em que revela de forma quase imperceptível as mudanças que estão ocorrendo na sociedade, obriga-a também a acompanhar essas transformações; ela “se atualiza para acompanhar as mudanças e ao mesmo tempo introduz novas formas de pensar; ela é parte integrante de todo o processo”(ABREU, 1996: p. 17). Os suplementos vivem sempre ao sabor do acaso, ameaçados de não serem mais publicados em cada eminente crise do aumento do preço do papel, mas dizem muito das transformações na história da imprensa e na cultura política brasileiras ocorridas de dentro para fora e vice-versa. Uma leitura criteriosa e cuidadosa do *Caderno B* dimensiona as mudanças ocorridas na imprensa brasileira e, assim, cada



etapa da história do Brasil encontra-se de alguma forma significada nas páginas impressas.

A partir da década de 1980, naturalmente, como veio sendo aqui percebido, o jornalismo, tal como a advocacia ou medicina, começou a se transformar em um mercado de trabalho predominantemente exercido pelo gênero feminino (ABREU, 2001). Na comemoração dos trinta anos do *Caderno B*, em 1990, essa equipe era formada por 32 profissionais, sendo que 20 deles são mulheres. Em 2001, Alzira Alves constatou em sua pesquisa que as mulheres representavam um total de 35% dos profissionais na redação de jornais de maior circulação do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e que em algumas dessas, elas já atingiam 50% do contingente total dos trabalhadores (ABREU, 2001). A confirmação que tenho do número representativo de mulheres nos suplementos femininos e segundos cadernos da imprensa brasileira obtenho de entrevistas, das histórias de vida calcadas no relato de memórias fragmentadas que são reconstituídas a partir do presente, lamento que ainda não tenha sido feita uma pesquisa para demonstrar a veracidade desses números.

O *Jornal do Brasil* da condessa é o da reforma, do *Suplemento Dominical do Brasil* e do *Caderno B*, que ficaram conhecidos cada um por uma razão específica. O primeiro por ter sido o locus importante de discussão da arte concreta de seu tempo, tendo recebido colaborações de intelectuais e artistas de grande notabilidade até nossos dias, como vimos acima. O segundo por ter se tornado modelo para o jornalismo cultural brasileiro, permanecendo até hoje como parte inseparável do jornal. O *Suplemento Feminino*, efêmero em duração, perpetua suas colunas e seções na *Revista de Domingo* e no próprio *Caderno B*. No mais, a condessa Pereira Carneiro continua na diretoria até seu falecimento em dezembro de 1983, na cidade de Brasília, gerando mais autonomia de decisão para seu genro Nascimento Brito que sempre a auxiliou e que passa então a responder pela direção do *Jornal do Brasil*. Maurina em nenhum momento deixou de freqüentar a redação, e teve em vida reconhecimento pelo seu apoio e tino de administração quanto à reforma gráfica do *Jornal do Brasil*, e nos anos do governo autoritário brasileiro enfrentou com coragem situações difíceis para manter a empresa, como a segura atitude de tranquilizar os jornalistas na noite do dia 31 de março de 1964, quando fuzileiros navais entraram no prédio para ocupá-lo.

Mas a tradição do *Jornal do Brasil* nomeia somente homens para postos de destaque no segundo caderno. Essas charmosas “meninas do B” participaram ativamente, mesmo que de dentro das redações, do movimento feminista em prol da



redemocratização e por direitos de cidadania e igualdade em meados dos anos 1980. Mas, a despeito dos avanços da mulher em relação ao mercado do trabalho, pretendendo igualar-se em direitos ao gênero oposto apesar dessas efetivas conquistas, nenhuma delas ocupa o cargo de editor no *Jornal do Brasil* nesse período. Ao menos o *Correio da Manhã* teve Germana de Lamare no cargo do *Segundo Caderno*, na segunda metade da década de 1960. No *Caderno B*, elas tardiamente conseguem alcançar o comando: sua primeira editora é Regina Zappa, em 1996.

A “mulher” que ficara até então de fora de importantes decisões políticas - sendo a reprodução a única função que socialmente lhe foi reconhecida pela história do corpo - através de seu trabalho procurou a igualdade de direitos entre os gêneros. No entanto, nessas duas décadas e meia, mudou o seu lugar social, mudou sua experiência do mundo, invadiu os territórios do masculino sem deixar de preservar os limites femininos da casa, mas faltou definir um contorno harmônico que lhe permitisse a totalidade da representação do gênero.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira. *Mulheres e mídia: conclusões preliminares*. Paper do XXI Simpósio Nacional de História – ANPUH – 22 a 27 de julho de 2001. Niterói: UFF, 2001.
- ABREU, Alzira Alves de (et al.) *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. (seleção de textos de Jorge Mattos Brito de Almeida) São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sociologie des générations: l’empreint du temps*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- B., F. O. “Mulher” In: *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- CALDAS, Waldenyr. “Comunicação e indústria cultural” In: *Revista Comunicação & Artes*. São Paulo: ECA/USP, 1997. 20 (n. 30)



- CORRÊA, Flávia Rocha Bessone. *De coadjuvantes a protagonistas: a trajetória de três mulheres que trocaram os salões de sociedade pelo controle de grandes jornais brasileiros nas décadas de 50 e 60*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001. (dissertação de mestrado)
- CORRÊA, Tupã. “O rock na raiz dos movimentos sociais jovens e na origem dos costumes” In: *Revista Comunicação & Artes*. São Paulo: ECA/USP, 1997, 20, 32
- FERREIRA, Marieta de Moraes e MONTALVÃO, Sérgio. “Jornal do Brasil” In: ABREU, Alzira (et. al.) *Dicionário Histórico-Biográfico Pós-30*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, s/d. (CD-Rom)
- GIRARDET, Raoul. “Du concept de génération a la notion de contemporanéité” In: *Revue d’histoire moderne et contemporaine*. Paris: Societé D’Histoire Moderne, tome XXX, avril-juin 1983.
- GIULANI, Paola Cappellin. “Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando, ABREU, Alzira Alves de, e KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. (1ª reimpressão)
- LOURO, Guacira Lopes. “Nas redes do conceito de gênero” In: LOPES, M. J., MEYER, D. E. e WALDOW, V. R. *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- RITO, Lucia. “A mais completa tradução do Rio chega aos 30 anos” Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil, Caderno B*, 15/09/1990.
- SCHUMAKER, Shuma e BRAZIL, Érico Vital (org.) *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. “La génération”. In: *Périodes: La construction du temps historiques*. Paris: Editions d’École des Hautes Études en Sciences Sociales et Histoire du Présent, 1991.



TASCHNER, Gisela. “A indústria cultural revisitada” In: *Revista de Cultura Política*, 7, Cortez/Cedec, 1982.

Levantamento realizado de matérias do *Caderno B do Jornal do Brasil* no período de setembro de 1960 a setembro de 1985.

Entrevistas à autora: Marina Colasanti, Léa Maria, Lena Frias, Moacyr de Andrade, Cleusa Maria, Mara Caballero, Reinaldo Jardim, Heloísa Abranches Sabin, Joelle Rouchou, Beatriz Bonfim, Alberto Dines, Wilson Coutinho.